

Escola indígena Kiriri: projeto arquitetônico padronizado do MEC e a identidade étnica

Volha Yermalayeva Franco

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal da Bahia
yermalayeva@gmail.com

RESUMO

O presente artigo procura analisar a ressignificação do espaço escolar construído a partir do projeto padronizado do Ministério da Educação realizada pelo povo Kiriri, focando em duas escolas de ensino médio: a Escola José Zacarias, no povoado de Mirandela, e a Escola Florentino Domingos de Andrade, no povoado de Araçás, com abordagem metodológica a partir dos conceitos de território, cultura e etnicidade relacional. Observamos a importância da escola diferenciada no fortalecimento da identidade étnica e trazemos uma análise das transformações dos espaços escolares no território, percebendo a adaptação dos espaços pelo povo Kiriri, através da ressignificação destes, a exemplo da realização de rituais e pinturas.

Palavras-chave: Kiriri; Arquitetura; Etnicidade; Escola indígena; Etnologia indígena.

Introdução

O presente trabalho foi elaborado a partir do cruzamento de conhecimentos e experiências da disciplina *Relações étnico-raciais em arquitetura, urbanismo e cidade*, ministrada pelo docente Fábio Macêdo Velame no semestre 2017.2 no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, e da Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) *Educação diferenciada e revitalização de línguas indígenas*, ministrada pelo docente Marco Tromboni de Souza Nascimento e cursada no mesmo semestre. Cruzando os referenciais teóricos das duas atividades e adicionando a experiência do campo, a qual incluiu a observação e documentação fotográfica das escolas durante as visitas com oficinas de linguística durante a ACCS, elaboramos um estudo interdisciplinar acerca

da implementação da escola indígena no território do povo Kiriri e do papel que ela tem na construção e fortalecimento da identidade deste povo, focalizando no modo como o espaço arquitetônico das escolas é apropriado e pensado, considerando a educação diferenciada. Serão abordadas especificamente as experiências de duas escolas de ensino médio, a Escola José Zacarias, no povoado de Mirandela, e a Escola Florentino Domingos de Andrade, no povoado de Araçás.

Partimos de uma abordagem metodológica sobre a arquitetura no território indígena que leva em consideração três componentes: o território, a cultura e a etnicidade. O território é aqui concebido como o espaço de habitação, produção da existência no sentido físico e cultural do povo, portanto, iniciamos o artigo com um resumo histórico sobre a relação do povo Kiriri com seu território desde o período da colonização até a demarcação da área em 1990. A cultura do povo é entendida conforme definição dada por Clifford Geertz como “um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida” (GEERTZ, 1978, p. 103). A etnicidade relacional, por sua vez, segue a definição apresentada por Fredrik Barth, que ressaltava que a etnicidade é definida por suas fronteiras que “persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam” (BARTH, 1997, p. 188).

Aspectos históricos e a relação dos Kiriri com o território

A origem do povo Kiriri antecede a invasão portuguesa e a sua história é marcada pela luta, resistência e estratégias de sobrevivência na sua terra ocupada pelos colonos. Historicamente, este povo habitava um vasto território do Nordeste brasileiro, indo do litoral norte da Bahia até as margens dos rios Itapicuru e São Francisco, passando também pelo sertão baiano, sul do Piauí, Ceará e oeste de Sergipe, sendo perseguido pelos capitães do mato e coronéis desde o início da expansão da colonização portuguesa do litoral para o interior do continente. Esta perseguição provocou a divisão em grupos menores, conflitos e doenças causadas pelo contato com forasteiros. O educador Dernival Kiriri explica:

Alguns desses grupos vieram de canoa pelos rios Itapicuru e São Francisco para a região de Zurududé e Saco de Morcego (atual aldeia Mirandela) onde se fixa-

ram, e outros grupos vieram pelo mato. Por causa das constantes invasões dos senhores de engenho nas regiões dos Kiriri, o rei de Portugal D. João VI, por meio de um alvará, deu aos Kiriri uma légua e uma quadra, sendo esta destinada a missão Senhor de Ascensão do Saco dos Morcegos, sendo o centro desta terra - Vila de Mirandela. (KIRIRI, 2014a, s/p).

Este território, em forma octogonal com raio de uma légua (aproximadamente 6.600 m) posteriormente foi levado como justificativa e referência para a demarcação do atual território indígena Kiriri já na história contemporânea do Brasil (Figura 01).



Figura 01. Mapa ilustrativo do território indígena Kiriri elaborado pelo povo Kiriri, autoria desconhecida. As casas representam as aldeias, a figura da igreja no meio representa a aldeia de Mirandela com a sua Igreja do Senhor da Ascensão, cujo cruzeiro é o marco zero do território indígena Kiriri. Foto da autora, 2017.

Os padres jesuítas chegaram ao território seguindo as “boiadas” e “levantaram” as aldeias e as igrejas, juntando a população originária para catequizar e “civilizar” sob a desculpa de proteger esses povos dos massacres e da escravização pelos fazendeiros e senhores de engenhos, no século XVII. O antropólogo Marco Tromboni Nascimento (1994, p. 72) ressalta que uma grande parte do povo “preferiu submeter-se à catequese dos padres e juntar-se uns aos outros, no que entrava em consideração, mais do que apenas a crença na nova fé, a própria sobrevivência”.

Na aldeia Saco dos Morcegos (atual Mirandela), foi construída em 1701 pelo povo Kiriri a mando dos padres jesuítas, a Igreja no Nosso Senhor da Ascensão. A Igreja recebeu em 2013 o tombamento provisório como patrimônio estadual, pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC-BA) e se encontra em uma situação de risco. Com seu telhado desabado espera as obras de cobertura provisória que apesar de terem sido anunciadas pela prefeitura de Banzaê no ano de 2013, ainda não foram realizadas (Figura 02).



Figura 02. À esquerda, a Igreja do Senhor da Ascensão em Mirandela, construída em 1701 pelo povo Kiriri no centro do aldeamento jesuíta Saco dos Morcegos, e o seu cruzeiro, marco zero do território indígena Kiriri. À direita, o interior da mesma igreja, com o telhado desabado.

Provavelmente, a numerosidade do povo Kiriri e a inteligibilidade do seu idioma por outros povos da região influenciaram a ideia dos padres jesuítas de utilizar este idioma para a catequização. Iniciado pelo padre João de Barros, que tinha começado sua atuação no sertão em 1666, o estudo do idioma foi continuado pelo padre Vicencio Mamiani, que concluiu duas obras, *Arte de grammatica da língua brasílica da naçam Kiriri*, em 1698 (MAMIANI, 1877), e o *Catecismo da doutrina christãa na linguabrasílica da naçam Kiriri*, em 1699. O principal objetivo destas obras foi o ensino deste idioma, denominado no texto Kipeá, para os padres que iriam catequizar os povos originários com o intuito de que estes substituíssem com o tempo sua língua pelo português, portanto, Mamiani caracterizava sua obra como “o remédio das almas dos índios” (MAMIANI, 1942).

O padre jesuíta Serafim Leite nota que na situação da imposição da fé cristã e da língua portuguesa, acompanhada pela proibição da prática das crenças tradicionais Kiriri, o povo desenvolveu suas estratégias para continuidade de suas práticas

religiosas secretamente no mato, justificando sua ausência com a atividade de caça. O autor ainda ressalta que o povo ia para a missa e aprendia orações sem deixar de consultar seus pajés e curar doenças com métodos tradicionais (LEITE, 1945).

Foram estabelecidas pelos padres jesuítas, quatro missões: a missão do Senhor de Ascensão dos Kiriri Mirandela, em Saco dos Morcegos, atual aldeia de Mirandela, no território indígena Kiriri; Missão Santa Tereza de Jesus dos Kiriri, em Canabrava, atual cidade de Ribeira do Pombal; Missão da Nossa Senhora das Brotas de Natubá, atual cidade de Nova Soure e a Missão de Nossa Senhora da Conceição do Jeru, atual Tomé de Jeru no estado de Sergipe.

Depois da proibição e da expulsão da ordem jesuíta do Brasil em 1759, foram extinguidas estas missões e as aldeias transformadas em vilas. Desde então o território Kiriri foi invadido pelos fazendeiros e donos dos rebanhos, que expulsaram o povo originário da sua terra. O povo Kiriri, como outros povos originários no Nordeste, durante muito tempo sofreu um preconceito duplo, por um lado por ser um povo indígena, e por outro, por ser considerado “caboclo”, que deixou de ser “índio” e foi “aculturado”, tendo sua identidade étnica negada.

O cacique Lázaro, citado pelo pesquisador da UFBA Hirão Fernandes Cunha e Souza (2011), ressalta a participação do povo Kiriri na Guerra de Canudos em 1897 como “um fato importante e fundamental para demonstrar a coragem e resistência do povo Kiriri” e afirma que os últimos falantes da língua Kipeá morreram nesse massacre:

[...] fato que causou um grave problema por representar um corte no processo de transmissão de suas tradições culturais, já bastante modificadas por conta do processo católico de catequese e do contato maciço com as populações regionais. Essas tradições ainda garantiam, de certa forma, uma individualidade simbólica do povo Kiriri, com relação aos costumes culturais da região. (SOUZA, 2011, p. 49)

De acordo com o educador Dernival Kiriri, em 1949 o SPI (Serviço de Proteção aos Índios) instalou em Mirandela um posto indígena, com assistência precária nas áreas de saúde e educação. No mesmo período, Daniel Antônio de Patrício foi indicado como capitão do povo Kiriri. Com o passar dos anos a figura do capitão foi substituída pelo cacique. Em 1972, o próprio Daniel indica Lázaro Gonzaga de Souza como cacique geral do povo Kiriri (KIRIRI, 2014a).

Um acontecimento importante para a (re)afirmação da identidade étnica Kiriri ocorreu em 1974 quando foi organizada pelas lideranças Kiriri uma caravana com cerca de cem pessoas para a terra do povo Tuxá, no norte da Bahia, com os objetivos de realizar um jogo de futebol entre os povos e de assistir o ritual do toré do povo Tuxá. Conforme relata Darnival Kiriri: “No ano seguinte no mês de fevereiro de 1975 os índios Armando, Arizona, Lúcio e Batista de Rodelas vieram ensinar aos Kiriri a prática do toré. Desde então os Kiriri vêm praticando o ritual até hoje” (KIRIRI, 2014a, s/p).

Retomando o ritual sagrado de Toré, o povo consegue o contato com os encantados, ou seja, os ancestrais, e “as entidades às vezes falam uma língua diferente a qual eles identificam sendo a sua língua de origem. Por isso, para eles reaprender sua própria língua significa também poder melhor dialogar com suas entidades sagradas”, ressalta a pesquisadora Vanessa Coelho Moraes (2018, p. 43).

Depois de décadas de luta pela retomada da sua terra, o povo Kiriri teve seu território demarcado em 1981 e homologado em 1990, pelo Decreto 98.828 - 15/01/1990, então dentro do município de Ribeira do Pombal, e atualmente situado dentro dos municípios de Banzaê (sendo cerca de 95% do território indígena localizado neste município), Quijingue e Ribeira do Pombal, no estado da Bahia. A população do povo Kiriri, de acordo com o senso do SIASI (Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena) /Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena), em 2014, era de 2498 habitantes, ocupando uma área de 12.299,873 hectares (KIRIRI, 2014a).

Na homologação da demarcação do território Kiriri, ele ainda consta como “colônia indígena” (DECRETO, 1990) o que é um fato curioso. Podemos perceber que vários povos originários eram definidos deste modo, porque, como explica o pesquisador Geraldo Andrello (2006, p. 166):

[...] na área contínua os índios “são deixados por sí sós”. Já no modelo da colônia teriam ajuda e “desenvolvimento”, teriam alguma “autoridade” para ajudar e dar incentivo. Os bens de consumo são os principais marcadores diferenciais dessas duas situações. A colônia representa abundância de mercadorias (e índios vestidos), e área contínua representa a carência de mercadorias (apenas sal, fósforo e anzol, e índios nus).

Desde que o Artigo 231 da Constituição Federal de 1988 definiu um novo

conceito de Terra Indígena, incluindo nela, além dos espaços de habitação e áreas cultivadas, também o território necessário para a “preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar dos povos indígenas, bem como da terra necessária para sua reprodução física e cultural, em conformidade com seus hábitos, costumes e tradições”; como afirmam Manuela Carneiro da Cunha e Mauro W. Barbosa de Almeida (2001 apud ANDRELLLO, 2006, p. 170):

[...] essa nova definição constitucional tornou caduco o decreto que havia criado a figura da Colônia Indígena, bem como a distinção entre aculturados e não aculturados, pois os direitos indígenas sobre o território que ocupam passaram a ser, no novo texto constitucional, “originários”, isto é, históricos.

No entanto, durante alguns anos este termo ainda continuava sendo utilizado.

A retomada das terras não foi pacífica, sendo que ao longo da década de 1980, mesmo com a área demarcada, posseiros das terras continuaram a realizar conflitos armados, devido à sua indignação com o não-cumprimento da indenização pela Funai e pelo Incra nos prazos estabelecidos, algo presente nos registros da mídia da época coletados por Beto Ricardo e Fany Ricardo (1991, p. 387-388).

A aldeia de Mirandela, onde estava localizado o centro da missão jesuíta, foi retomada apenas em 1995, no dia 11 de novembro, e nesta data comemora-se desde então a festa da retomada do povoado de Mirandela. Mas apenas em 1998 foram retiradas do território demarcado as últimas famílias não-indígenas, e assim, foram retomados também os povoados Marcação, Araçá, Segredo e Pau Ferro, além dos retomados em 1996 Gado Velhaco e, em 1997, Baixa da Cangalha (KIRIRI, 2014a).

O povo Kiriri ocupou as casas dos povoados, deixadas pelos não-indígenas naquela ocasião e atualmente continua a morar nessas construções de alvenaria de tijolo, no entanto, estabelece suas próprias relações e ressignifica o espaço interno. Em campo, ouvi relatos de que os mais antigos resistiam a se mudar para as casas dos brancos, porém com o tempo aceitaram. A ocupação do espaço do colonizador tem papel simbólico, de ocupação do espaço de poder. Porém, a arquitetura tradicional, de taipa de mão, utilizada para a construção das casas antes da retomada, ainda é usada para reforçar a identidade étnica, em construções de centros culturais, não de moradia (Figura 03).



Figura 03. À esquerda, as casas pós-coloniais de alvenaria construídas pelo povo não-indígena e ocupadas pelas famílias Kiriri depois da retomada do território, no povoado de Mirandela. À direita, arquitetura tradicional de taipa de mão, utilizada atualmente para uma construção de referência cultural, ao lado da Igreja do Senhor da Ascensão, no povoado de Mirandela. Fotos da autora, 11 de novembro de 2017.

A escola Kiriri

Desde a última década do século XX, por pressão das próprias comunidades indígenas, das ONGs e das universidades, a escola indígena passou a ser assunto da agenda do MEC e das Secretarias Estaduais de Educação. “A idéia de que a escola poderia ser um instrumento favorável à autonomia indígena – e não uma instituição colonizadora – começa a ganhar força a partir desse novo cenário”, – ressalta o antropólogo José Valdir Jesus de Santana (2011, p. 103). As pesquisadoras Antonella Maria Imperatriz Tassinari e Clarice Cohn apontam que, ao pensar nos impasses da educação escolar indígena, o maior risco está em imaginar “que a escola possa se tornar uma ‘instituição nativa’, se diluir no cotidiano indígena, ou em desconhecer a efetiva diferença que está não só nos conhecimentos escolares, como nos modos de conceber o conhecimento, sua produção, aquisição e expressão” (TASSINARI, COHN, 2012, p. 268). Ressaltando o conceito da fronteira trazido por Barth (1997), elas afirmam que este “nos auxilia exatamente a manter a diferença que deve coexistir nas práticas escolares. É disso, afinal, que se trata a interculturalidade, e é só assim que os conhecimentos indígenas e não indígenas poderão, eventualmente, se comunicar, em vez de caminhar em paralelo” (TASSINARI, COHN, 2012, p. 268).

Vale lembrar que a presença da escola nas comunidades indígenas desde o período da colonização estava fortemente ligada ao apagamento da identidade do povo e à catequização. No entanto, atualmente, existe a possibilidade de utilização da escola como ferramenta de empoderamento na sociedade e de fortalecimento da

identidade étnica. É deste jeito que o povo Kiriri enxerga suas três escolas de ensino médio que funcionam no território, nos povoados de Mirandela, Araçás e Segredo.

A Constituição Federal de 1988 assegurou, além do reconhecimento das terras indígenas, o direito à educação e o princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. O artigo 210 da Constituição ainda garante uma educação diferenciada para as comunidades indígenas que podem também utilizar suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (CONSTITUIÇÃO, 1988).

Na década de 2000, começa a ser implantado pelo Ministério da Educação e Cultura o projeto de construção de escolas indígenas e quilombolas. Este projeto visa atender às demandas da educação diferenciada para os grupos étnicos distintos, sendo que nem os povos indígenas nem quilombolas são grupos homogêneos e têm histórias, situações atuais e demandas diferentes. Na prática, essas diferenças são visíveis na aplicação do projeto. Assim, as escolas indígenas conquistaram o direito a serem atendidas por professores indígenas das próprias comunidades (PARECER CNE/CEB nº 14/1999), diferentemente dos quilombolas. Se alguns povos indígenas optam por uma educação na língua materna que não é portuguesa, outros exigem a educação bilíngue, e alguns povos escolhem o ensino de português, sendo essa a língua materna do povo ou não.

No caso das escolas indígenas, existe de fato uma educação diferenciada do “padrão” brasileiro, na ementa das disciplinas, que garante o direito a disciplinas como Língua indígena e Cultura indígena. Mesmo no caso do povo Kiriri, que atualmente tem português como primeira língua, essas disciplinas existem e são ensinadas. Há uma certa dificuldade na elaboração do programa e do material didático para estas disciplinas, sendo sua confecção responsabilidade do próprio quadro docente da escola.

Ao elaborar as atividades para alunos, os professores utilizam informações coletadas com as pessoas mais antigas, conhecedoras da história do povo; os estudos da gramática e do catecismo editados pelo padre Mamiani e as histórias narradas e registradas do povo Kiriri. Em 2000, foi publicado o livro *Histórias Kiriri*, organizado pela pesquisadora Erimita Motta, utilizado nas aulas tanto para aprender sobre a cultura do próprio povo quanto para praticar leitura em português (MEC, 2000).

O cacique Manoel, comentando uma atividade escolar fora da escola, explica que na sua visão, a educação diferenciada fortalece “a convivência do indígena dentro do seu território. Fortalece a convivência na prática e também aprende na escrita. Quando eles chegar em sala de aula, eles vão tar relatando e escrevendo” (KIRIRI, 2014b).

Existe uma preocupação com a afirmação e o fortalecimento da identidade étnica. Iniciando o projeto de retomada do idioma, professores Kiriri relatam que o sonho deles seria ver as crianças aprenderem a língua do povo.

Nestas atividades podemos perceber uma relação especial do povo com o seu território. A própria configuração do território Kiriri, como mencionamos no início do presente artigo, possui um formato octogonal e essa representação é encontrada nos materiais didáticos desenvolvidos pelos professores e utilizados para jogos nas escolas. A mesma base é representada num espaço da escola, uma espécie de coreto, na Escola Florentino Domingos de Andrade, no povoado de Araçás (Figura 04).



Figura 04. Construção com cobertura de palha e com a base octogonal que lembra a configuração do território demarcado do povo Kiriri, na Escola Florentino Domingos De Andrade, no povoado de Araçás
Foto da autora, 13 de novembro de 2017.

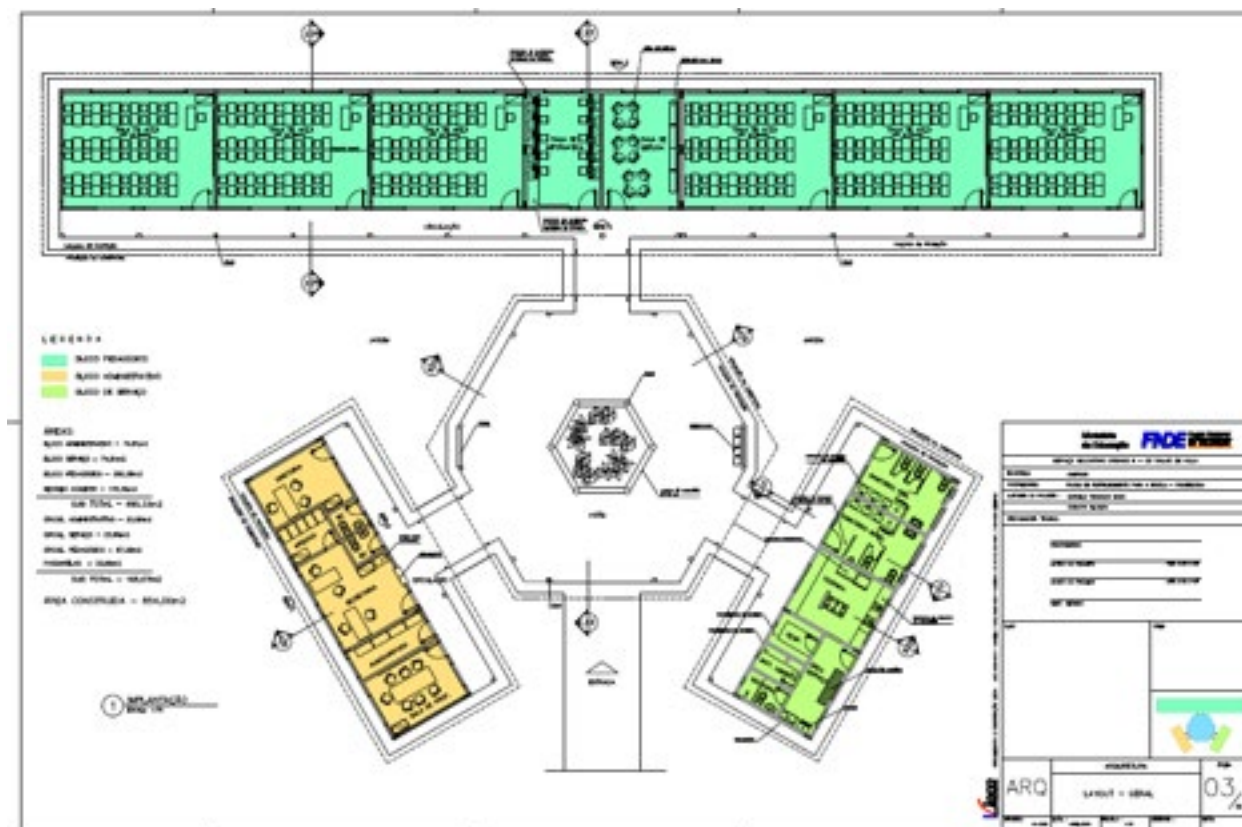


Figura 05. Acima, o projeto do Espaço Educativo Urbano e Rural de 6 Salas de Aula destina-se à construção de escola de um pavimento, a ser implantada nas diversas regiões do Brasil. O edifício tem capacidade de atendimento de até 360 alunos, em dois turnos (matutino e vespertino), e 180 alunos em período integral. Em verde escuro está representado o bloco pedagógico, em laranja, o bloco administrativo, e em verde-claro, o bloco de serviço. No meio está o pátio hexagonal. Fonte: FNDE, 2017a.



Figura 06. Escola José Zacarias, no povoado de Mirandela, vista de satélite. Fonte: Googlemaps, 2018.

À primeira vista, pode parecer que o pátio da outra escola, José Zacarias, em Mirandela possui um formato de base parecido e tem alguma relação com a arquitetura tradicional do povo. Pode-se perceber uma certa semelhança com as construções Kijemes, do povo Pataxó, que frequentemente têm por base um hexágono ou octógono, conforme a descrição do arquiteto Fábio Velame (2013). Porém, esta construção é uma aplicação do projeto padronizado do Espaço Educativo Urbano e Rural do MEC, amplamente aplicado em diferentes escolas indígenas, quilombolas e outras, como podemos ver na Figura 05, comparando-a com a vista de satélite da escola José Zacarias, no povoado de Mirandela. De fato, é uma prática comum a aplicação de um projeto do MEC, sendo que o apoio técnico e financeiro para a construção das escolas é garantido pelo Artigo 5 do Decreto N° 6.861, de 27 de maio de 2009, o qual dispõe sobre a Educação Escolar Indígena (DECRETO N° 6.861, 2009).

Embora seja um projeto padronizado, como no caso da ocupação das casas dos antigos colonos, na utilização do espaço escolar, o povo Kiriri estabelece suas próprias relações com o espaço e afirma sua presença enquanto uma etnia. Isso é feito através da ressignificação do espaço com a aplicação de pinturas nas construções, criadas a partir de grafismos utilizados na pintura corporal Kiriri, e da imagem da maracá, instrumento musical presente nos rituais de Toré, ambos importantes no imaginário Kiriri. Podemos observar estas pinturas na Figura 08.



Figura 08. Pinturas no espaço da Escola José Zacarias, no povoado de Mirandela. Fotos da autora, 13 de novembro de 2017.

Outra forma de ressignificação do espaço é a utilização do pátio da escola na realização de rituais, algo que tivemos privilégio de presenciar quando visitamos a escola com um seminário organizado pela ACCS *Educação diferenciada e revitalização de línguas indígenas*, da UFBA. As professoras e os professores da escola, juntos com as lideranças do povo, dando boas vindas, fizeram um ritual que lembra as danças e as músicas do Toré, rodando no pátio da escola. Embora isso não pudesse ser previsto pelo MEC, já que o projeto padrão não foi pensado para atender as necessidades específicas da escola Kiriri, o povo se apropria do espaço e o utiliza para a afirmação da sua identidade. A fronteira étnica permanece definida.

Podemos perceber uma atitude semelhante de afirmação da identidade étnica Kiriri na Escola Florentino Domingos de Andrade, no povoado de Araçás, já mencionada neste trabalho. Nesse caso a escola foi construída também a partir de um projeto padronizado, mas de um Espaço Educativo Rural de 2 salas de aula, como podemos perceber, comparando o projeto com a imagem da escola na Figura 08.



Na Escola Florentino, como mencionado anteriormente, foram feitas construções adicionais, com espaço aberto com a base octogonal. Além disso, podemos observar a realização de pinturas no muro, realizadas dentro de uma atividade educativa da disciplina cultura indígena, que representam as histórias do povo Kiriri e cenários da sua terra, como as serras, os campos e as árvores, como podemos ver na Figura 09.



Figura 08. As pinturas no muro da Escola Florentino Domingos de Andrade, no povoado de Araçás, representando “contadores de histórias da aldeia Segredo”, as paisagens típicas do território e ilustrações das narrativas das histórias do povo Kiriri. Foto da autora, 13 de novembro de 2017.

Quanto aos próprios projetos arquitetônicos, como afirmam as pesquisadoras da UFFS, Nauíra Zanardo Zanin, Ivone Maria Mendes Silva e Maria Silvia Cristofoli, a partir da análise de fontes como documentos, legislação, projetos arquitetônicos e publicações na mídia, a precariedade presente nos espaços escolares indígenas pode ser notada nos seguintes planos:

- a) no plano da infraestrutura das construções, que são inadequadas no que diz respeito aos parâmetros técnicos divulgados pelo próprio Ministério da Educação (ventilação, iluminação, conforto visual etc.), mas também em relação àqueles convencionados pelas comunidades nas quais foram instaladas, tendo em vista suas identidades culturais;
- b) no plano das práticas e dos processos reconhecidos como pedagógicos, já que muitas vezes os espaços escolares inseridos nessas comunidades não são pensados levando em conta as especificidades que cercam as formas de aprendizagem e as experiências de cada etnia. Isso pode ser claramente observado nas intervenções arquitetônicas e espaciais realizadas em agrupamentos indígenas, com a inserção de modelos de escola, habitação, postos de saúde e módulos sanitários que se repetem em territórios de diferentes etnias, desconsiderando as particularidades de cada cultura e mesmo de cada região (no tocante à qualidade do ambiente construído, como a adequação bioclimática dessa arquitetura). (ZANIN, SILVA, CRISTOFOLI, 2018, p. 208)

No entanto, é importante ponderar que em 2005, segundo o Censo Escolar, uma grande parte das escolas não possuía espaço próprio, desenvolvendo suas atividades em ambientes inadequados, portanto uma aplicação de projetos padronizados foi vista como uma solução rápida, mesmo que não fosse a mais adequada.

É importante considerar que o espaço da escola indígena é um espaço diferenciado e tem um papel significativo na educação das crianças enquanto um povo, com sua história e consciência étnica. Para o povo Kiriri, que durante muito tempo foi visto como “caboclo”, é mais uma ferramenta de se reafirmar enquanto nação e passar essa mensagem para as gerações mais novas, mantendo as fronteiras étnicas. Através deste artigo procuramos demonstrar como essa reafirmação étnica é realizada a partir de experiências de ressignificação dos espaços escolares construídos a partir dos projetos arquitetônicos padronizados do MEC.

Referências

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de; CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia. In: *Biodiversidade na Amazônia Brasileira. Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios*, orgs João P., R. Capobianco et al, São Paulo, Instituto Socioambiental e Estação Liberdade, 2001.

ANDRELLLO, Geraldo. *Cidade do índio: transformações e cotidiano em Iauaretê*. São Paulo: Editora UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI. 2006.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras, in Ph. Poutignier e J. Streiff-Fenart, *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1997, pp. 187-227.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 30 de abril de 2018.

BRASIL. DECRETO 98.828 - 15/01/1990. Homologa a demarcação da terra indígena, que menciona, no Estado da Bahia. Brasília, 15 de janeiro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D98828.htm>. Acesso em 30 de abril de 2018.

BRASIL. DECRETO Nº 6.861, 27 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm>. Acesso em 30 de abril de 2018.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento. Ministério da Educação. *Projeto Espaço Educativo Urbano e Rural - 6 salas*. 2017. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/par/eixos-de-atuacao/infraestrutura-fisica-escolar/item/5956-projeto-espaco-educativo-urbano-e-rural-6-salas>>. Acesso em 30 de abril de 2018.

_____. *Projeto Espaço Educativo Urbano - 2 salas*. 2017. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/par/eixos-de-atuacao/infraestrutura-fisica-escolar/item/5952-projeto-espaco-educativo-rural-2-salas>>. Acesso em 30 de abril de 2018.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978.

KIRIRI, Dernival. *Narrativa Indígena*. 2014a. Povos Indígenas do Brasil. Dis-

ponível em: <https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_verbetes/kiriri/narrativa%20-%20darnival%20kiriri.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2018.

_____, Darnival. *Território Kiriri Canta Galo*. Blog. 2014b. Disponível em: <<http://kiriricantagalo.blogspot.com.br/>>. Acesso em 30 de abril de 2018.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro. INL, Liv. Portugalia, v.5, cap. XIV, 1945.

MAMIANI, Luiz Vincêncio. *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da naçam Kiriri*. Lisboa. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1877[1699]. 124p.

_____, Luiz Vincêncio. *Catecismo da Doutrina Christã na Lingua Brasilica da Nação Kiriri*. Lisboa. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1942[1698]. 236p.

MORAES, Vanessa Coêlho. Como está se fazendo a escola indígena Kiriri. Monografia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018. MEC. *Histórias Kiriri: fala dos contadores e escrita no português oficial*. / Brasília: MEC; UFBA, 2000.

NASCIMENTO, Marco Tromboni de S. *O Tronco da Jurema: Ritual e etnicidade entre os povos indígenas do nordeste*. O caso Kiriri. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1994.

PARECER CNE/CEB nº 14/1999, 14 de setembro de 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb014_99.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2018.

RICARDO Beto (org.); RICARDO, Fany (org.). *Povos Indígenas no Brasil: 1987/1990*. São Paulo: CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), 1991.

SANTANA, José Valdir Jesus de. Reflexões sobre educação escolar indígena específica, diferenciada e intercultural: o caso Kiriri. *C&D-Revista Eletrônica da Fainor, Vitória da Conquista*, v.4, n.1, p.102-118, jan./dez. 2011. Disponível em: <<http://srv02.fainor.com.br/revista/index.php/memorias/article/viewFile/109/89>>. Acesso em 30 de abril de 2018.

SOUZA, Hirão Fernandes Cunha e. *O português kiriri. Aspectos fônicos e lexicais*

na fala de uma comunidade do sertão baiano. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz; COHN, Clarice. Escolarização indígena entre os Karipuna e Mebengokré-Xikrin: uma abertura para o outro. In: TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz; GRANDO, Beleni Saléte; ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. (Orgs.) *Educação indígena: reflexões sobre noções nativas de infância, aprendizagem e escolarização*. Florianópolis: UFSC, 2012

VELAME, Fábio Macêdo Velame. Kijemes Em Trânsito: A arquitetura e a construção identitária das aldeias indígenas Pataxós. *Arquimemória*. 2013.

ZANIN, Nauíra Zanardo, SILVA, Ivone Maria Mendes, CROSTOFOLI, Maria Silvia Cristofoli. Espaços Escolares Indígenas no Brasil: políticas, ações e atores envolvidos. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 201-222, jan./mar. 2018.

Kiriri indigenous school: MEC architectonic project and ethnic identity

Abstract

The present article aims to analyze how the Kiriri people resignified the school space built from the standardized project of the Brazilian Ministry of Education, focusing on two schools: the José Zacarias School, in the village of Mirandela, and the Florentino Domingos de Andrade School, in the village of Araçás, with a methodological approach based on the concepts of territory, culture and relational ethnicity. We observe the importance of the differentiated school in the strengthening of ethnic identity and we bring an analysis of the transformations of the school spaces in the territory, realizing the adaptation of the space by the Kiriri people, through its resignification, mainly through rituals and paintings.

Keywords: Kiriri; Architecture; Ethnicity; Indigenous school; Indigenous Ethnology.

Escola indígena Kiriri: proyecto arquitectónico del Ministerio de Educación y la identidad étnica

Resumen

El presente artículo busca analizar la resignificación del espacio escolar construido a partir del proyecto estandarizado del Ministerio de Educación, realizada por el pueblo Kiriri, enfocándose en dos escuelas de enseñanza media: la Escuela José Zacarias, en el pueblo de Mirandela, y la Escuela Florentino Domingos de Andrade, en el pueblo de Araçás, con abordaje metodológico a partir de los conceptos de territorio, cultura y etnicidad relacional. Observamos la importancia de la escuela diferenciada en el fortalecimiento de la identidad étnica y traemos un análisis de las transformaciones de los espacios de la escuela en el territorio, notando la adaptación de los espacios para el pueblo Kiriri, a través de la resignificación de éstos, a ejemplo de rituales y pinturas.

Palabras clave: Kiriri; Arquitectura; Origen Étnico; Escuela indígena; Etnología indígena.

Recebido em 13 de maio de 2018

Aceito em 20 de junho de 2018